Submissão: 02/11/2024
Publicação: 18/12/2024
DOI:

O USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO COMO FERRAMENTA EDUCACIONAL NO COMBATE DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA CIDADE DE CASCAVEL

Analu dos Santos Clementino[1]
Bruna Fernanda Paes Martins[2]
Caroline de Cássia Francisco Buosi Velasco[3]
Lucimaira Cabreira dos Santos[4]

Resumo: O projeto de extensão desenvolvido pelo Centro Universitário UNIVEL, em Cascavel - PR, busca combater a violência contra a mulher e promover a conscientização sobre este tema junto à comunidade. O projeto teve início em 2017, e anualmente são selecionados graduandos de diversos cursos para serem os agentes deste projeto. O projeto de extensão teve como objetivo informar a comunidade acerca dos altos índices de violência contra a mulher, além de esclarecer sobre as diversas formas de violências, perfis da vítima, do agressor, efeitos negativos do ciclo de violência e sobretudo difundir conhecimento sobre a Lei Maria da Penha e os direitos e garantias estabelecidos pela legislação. A metodologia incluiu palestras em colégios estaduais e organizações congêneres, a fim de preparar adolescentes e jovens para o combate à violência contra mulher, principalmente àqueles que integram os grêmios estudantis. Além do trabalho feito junto a estes jovens, o projeto também chegou a outras instituições. Os resultados alcançados com este projeto de extensão, ao longo do ano, apontaram que os participantes puderam ampliar seus conhecimentos sobre a temática, e mais que isso, os motivaram a se tornarem agentes de transformação.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Lei Maria da Penha. Combate à violência.

Abstract: The extension project developed by the UNIVEL University Center in Cascavel - PR seeks to combat violence against women and promote awareness on this issue within the community. The project began in 2017, and undergraduate students from various courses are selected annually to be the agents of this project.

---

[1] Acadêmica do curso de graduação em Psicologia, 6º período matutino, UNIVEL. Graduada em Pedagogia pela UNIOESTE. Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional pela Fael. Pós-graduada em Gestão em Orientação e Supervisão Escolar. Pós-graduada em Psicopedagogia Clínica pela faculdade METROPOLITANA.

[2] Acadêmica do curso de graduação em Direito, 6º período matutino, UNIVEL.

[3] Orientadora: Coordenadora deste Projeto de Extensão. Doutora em Psicologia Experimental pela PUC SP. Mestre em Direito pela UFPR. Psicóloga, Pedagoga e Bacharel em Direito. Professora do Mestrado do Universitário UNIVEL.

[4] Orientadora: Coordenadora do curso de Psicologia da Univel. Professora Especialista da Univel e colaboradora do Projeto.

The extension project aimed to inform the community about the high rates of violence against women, in addition to clarifying the various forms of violence, victim and aggressor profiles, negative effects of the cycle of violence and, above all, to spread knowledge about the Maria da Penha Law and the rights and guarantees established by the legislation. The methodology included lectures in state schools and similar organizations, in order to prepare adolescents and young people to combat violence against women, especially those who are part of student unions. In addition to the work done with these young people, the project also reached other institutions. The results achieved with this extension project, throughout the year, showed that participants were able to expand their knowledge on the topic, and more than that, motivated them to become agents of transformation.

Keywords: Violence against women. Maria da Penha Law. Combating violence.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo compartilhar experiências práticas, resultados e aprendizagens obtidas em um projeto de extensão voltado para o combate à violência contra a mulher. Assim, em um primeiro momento, faz-se necessário considerar alguns aspectos relevantes sobre esta temática.

A violência contra a mulher tem ganhado mais atenção na sociedade brasileira nas últimas décadas devido à sua gravidade. Historicamente, o sistema patriarcal instituiu o homem como detentor do poder econômico, político e sexual, enquanto a mulher foi subjugada a papéis de mãe, esposa e cuidadora, reforçando sua posição de submissão. Desde a infância, as desigualdades de gênero são perpetuadas por meio de normas sociais e a família desempenha papel crucial na reprodução da cultura patriarcal, impondo obediência e submissão à mulher (Martinelli, 2020).

A violência contra a mulher é uma violação dos direitos humanos que mantém a desigualdade em relação ao agressor, sendo uma violência de gênero devido às relações díspares de poder entre homens e mulheres. A forma mais comum dessa violência ocorre em relações de intimidade (PARANÁ, 2024).

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), até 38% dos assassinatos de mulheres no mundo são cometidos por parceiros íntimos do sexo masculino. Entre os fatores associados ao aumento de risco de perpetração da violência estão a baixa escolaridade, maltrato infantil ou exposição à violência familiar, uso nocivo de álcool, atitudes violentas e desigualdade de gênero. Já entre os fatores associados ao aumento de risco de ser vítima de parceiros e de violência sexual estão a baixa escolaridade, exposição à violência entre os pais, abusos vivenciados na infância e atitudes que permitem a violência e desigualdade de gênero.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2004), foram registrados 258.941 casos de agressões decorrentes de violência doméstica; 38.507 casos de violência psicológica; 77.083 casos de stalking; 8.372 tentativas de homicídio contra mulheres; 2.797 tentativas de feminicídio; 778.921 casos de ameaças. Além disso, foram 1.467 vítimas de feminicídio, sendo que 63,6% eram mulheres negras, 71,1% tinham entre 18 e 44 anos, 64,3% foram mortas dentro de suas residências. Quanto a estes assassinatos, é importante salientar que 90% daqueles que praticaram o ato eram homens, 63% foram cometidos por parceiros

íntimos, 21,2% foram cometidos por ex-parceiros e 8,7% por algum familiar. Ao todo o anuário contabilizou 540.255 medidas protetivas de urgências concedidas.

Diante desses dados alarmantes é fundamental que diversos setores da sociedade se unam para combater as práticas de violência contra a mulher, assegurando justiça social e a garantia de direitos às mulheres.

Visando combater à violência contra a mulher e promover uma conscientização efetiva sobre esse tipo de violência, o Centro Universitário UNIVEL, em Cascavel, Paraná, desenvolve, desde 2017, um projeto de extensão no qual professores e alunos dos diversos cursos de graduação existentes na instituição atuam diretamente na comunidade. Anualmente são selecionados graduandos para atuarem como protagonistas do projeto.

É importante salientar que a constatação da necessidade da implantação de um projeto de extensão voltado para esta temática se deu a partir das inúmeras ocorrências policiais envolvendo Violência Doméstica e familiar contra a mulher e das inúmeras notícias de feminicídio, em Cascavel.

Além disso, verificou-se que em algumas situações que implicam a aplicação da chamada Lei Maria da Penha às vítimas da violência doméstica, as vítimas não possuem o conhecimento da aplicação da própria Lei, seus institutos, suas peculiaridades, seus direitos e garantias, principalmente diante da possibilidade ou não de representação contra o agressor. Assim, faz-se necessário orientação jurídica, ou seja, nos principais reflexos que a referida violência traz.

A partir das constatações supracitadas, este projeto de extensão tem a intenção de conscientizar e engajar a comunidade sobre a violência contra a mulher. Primeiramente, busca-se alertar a população de Cascavel sobre os elevados índices de violência praticada contra as mulheres na cidade. Além disso, pretende-se esclarecer as diversas formas de violência, os perfis do agressor e da vítima, e os malefícios causados por essa prática, como o ciclo da violência. Outro objetivo fundamental é informar sobre as proteções legais existentes, com destaque para a Lei Maria da Penha e demais legislações em nível federal, estadual e municipal. No contexto local, ressalta-se que a cidade possui uma delegacia especializada, uma casa de apoio e uma viatura exclusiva para proteção da mulher, além de conscientizar sobre a importância da denúncia anônima como medida para evitar a reincidência e prevenir crimes mais graves.

Além disso, o projeto visa proporcionar aos estudantes da UNIVEL a oportunidade de se engajar em ações com a comunidade, aproximando a ciência e a formação acadêmica da realidade social. Essa experiência permite que os alunos ampliem seu conhecimento social através de uma abordagem interdisciplinar.

Ainda, pretende-se discutir as diferentes formas de ser mulher no mundo, abordando as interseccionalidades que atravessam e potencializam as violências sofridas, como raça, gênero, classe social, deficiência, sexualidade, localização geográfica e demais marcadores sociais. Finalmente, o projeto busca fomentar o desenvolvimento do protagonismo juvenil, formando jovens multiplicadores para atuar de forma ativa e consciente em suas comunidades.

A metodologia utilizada na implementação deste projeto baseia-se na realização de palestras em colégios estaduais de Cascavel e estabelecimentos congêneres, com o objetivo de informar os jovens sobre as consequências legais e psicológicas da violência contra a mulher e estimular uma postura crítica que favorece o rompimento do ciclo de violência, muitas vezes presente no ambiente intrafamiliar.

É fundamental destacar que a violência contra mulher afeta muitos jovens e adolescentes, de forma direta ou indireta, uma vez que são alvos de práticas violentas, bem como assistem e presenciam diariamente suas mães ou outras mulheres do seu cotidiano, sendo violentadas, situação que os afeta diretamente. Neste cenário que se instala é essencial que esse público possa desenvolver ações de proteção a si mesmos, mas também contribuir com a sua comunidade, visando prevenir e atuar de forma precoce em contextos nos quais a violência se instala. Neste sentido, se faz substancialmente importante, capacitá-los, informá-los e conscientizá-los, para que se tornem multiplicadores desta pauta extremamente necessária.

Além das palestras, o projeto busca ampliar seu impacto com a capacitação de alunos que integram os grêmios estudantis e demais organizações juvenis, promovendo formação de multiplicadores que possam desenvolver ações de conscientização em suas próprias comunidades.

Embora o foco do projeto sejam as instituições de ensino, sempre que outras organizações solicitam palestras sobre o assunto, a demanda é atendida. Atualmente, mais de 5.000 pessoas foram diretamente beneficiadas pelas palestras e aproximadamente 10.000 foram alcançadas de forma indireta por meio de informativos, entrevistas em rádio e televisão e por meio das redes sociais.

Diante do exposto, este relato de extensão explorou o impacto e a relevância desse projeto, abordando as vivências e os desafios enfrentados na desconstrução de estereótipos de gênero e a importância de promover um ambiente social livre de violência.

2 METODOLOGIA

A metodologia empregada neste estudo caracteriza-se como uma atividade prática extensionista realizada em interação com a comunidade, visando alcançar o maior número possível de multiplicadores. Para isso, optou-se por selecionar o grêmio estudantil de uma instituição de ensino como público-alvo inicial, com o propósito de que, posteriormente, esses alunos disseminassem o conteúdo abordado entre seus colegas, ampliando assim o alcance e a distribuição do conhecimento. A atividade foi estruturada em três encontros distintos, com o objetivo de possibilitar uma abordagem aprofundada do tema e assegurar uma explicação detalhada em cada sessão. A primeira ação ocorreu no colégio Estadual São Cristóvão e uma outra ação, organizada em três encontros, ocorreu no Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU).

No primeiro encontro, abordou-se o tema da Lei Maria da Penha, incluindo conceituações históricas e legais, além de promover uma reflexão sobre a construção social dos papéis de gênero e os contextos de violência de gênero. Nesse sentido, discutiu-se com os alunos a construção machista da sociedade, os fatores que motivaram a criação da Lei Maria da Penha e as formas de violência de gênero.

No segundo encontro, foram discutidas as diversas formas de violência contra a mulher, os dados nacionais sobre o tema e a rede de acolhimento para mulheres vítimas de violência. Explicaram-se os diferentes tipos de violência, com o objetivo de desconstruir o tabu de que a violência se manifesta apenas de forma física. Foram apresentados dados referentes à violência doméstica vivenciada por mulheres e, ainda, abordou-se a rede de acolhimento e proteção disponível na cidade de

Cascavel - PR, com exemplos como a Delegacia da Mulher, as Patrulhas Maria da Penha, entre outros.

No terceiro encontro, abordou-se o tema do protagonismo juvenil e o enfrentamento às violências. Durante essa sessão, foram apresentados exemplos de jovens que tiveram destaque histórico, como Louis Braille (criador do método de leitura para pessoas com deficiência visual) e Davi Braga (jovem empresário), entre outros. O objetivo foi demonstrar aos alunos que todos podem contribuir para a discussão sobre a violência contra a mulher e promover o empoderamento juvenil. Ao final, propôs-se uma atividade didática em que os alunos deveriam criar uma campanha ou meio de divulgação com base nos conhecimentos adquiridos, estimulando ações de conscientização sobre a violência contra a mulher dentro do ambiente escolar.

Por fim, organizou-se um encontro com o maior número possível de alunos da escola para uma palestra institucional, na qual foram revisados todos os temas abordados com o grêmio estudantil ao longo dos três encontros. Esse evento teve como objetivo apoiar a implementação das ações desenvolvidas por cada grupo do grêmio e formalizar o encerramento da capacitação, com a entrega de certificados aos alunos participantes.

Os alunos e professores envolvidos no projeto receberam convites para apresentar a palestra institucional em outros espaços de ensino, como na Secretaria Especial de Cidadania, da Proteção à Mulher e Políticas Sobre Drogas (SESD); na Cooperativa Agroindustrial Lar; no Colégio Agrícola de Cascavel (CEEP); e ainda no Colégio Estadual Mário Quintana. Nesses locais as palestras foram ministradas em um único encontro.

De acordo com o Instituto Maria da Penha (2024), em 1983, a farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, foi vítima de duas tentativas de assassinato pelo próprio marido. Na primeira vez ele atirou em suas contas, deixando-a paraplégica e semanas depois ele tentou eletrocutá-la enquanto ela tomava banho. Mesmo diante de provas, o julgamento do autor dos crimes foi marcado e se deu de forma morosa. O primeiro julgamento ocorreu em 1991, o agressor foi condenado a 15 anos de prisão, recorreu e, em 1996 foi condenado novamente a 10 anos e seis meses de prisão. Mesmo após duas condenações, o agressor não deu início ao cumprimento da pena.

Enquanto aguardava o segundo julgamento, em 1994, Maria lançou o livro “Sobrevivi… Posso Contar” onde narra as violências sofridas por ela e pelas três filhas. Com o apoio vindo após a divulgação do livro, Maria acionou o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM). Estes órgãos encaminharam seu caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA) (Instituto Maria Da Penha, 2024).

Em 1998, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos - CIDH/OEA entendeu que o Estado Brasileiro estava sendo omisso em não agir em defesa da vítima. Assim, em 2001, o Brasil foi condenado internacionalmente por negligência, omissão e tolerância à violência doméstica contra mulheres, sendo orientado pelo CIDH a adotar medidas para evitar atrasos judiciais e garantir a proteção das mulheres (Instituto Maria Da Penha, 2024).

O descaso em agir do Estado brasileiro foi denunciado por Maria perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que publicou o relatório 54/2001, após profunda análise sobre a situação da violência contra mulher no Brasil e da

impunidade aqui reinante. Este foi o ponto de partida para a discussão do problema e edição da chamada Lei Maria da Penha (Instituto Maria Da Penha, 2024).

Este trabalho com a contextualização da Lei Maria da Penha, foi muito importante, pois a maioria dos participantes desconheciam sobre o processo que resultou na promulgação deste marco legal.

De acordo com o art. 5º da Lei Maria da Penha, violência doméstica e familiar contra a mulher é “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006). Esta Lei contempla as violências que ocorrem no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família ou em qualquer relação íntima de afeto.

As palestras que procederam, contemplaram os contextos abrangidos pela Lei Maria da Penha e os tipos de violências vividos pelas mulheres.

De acordo com o Art. 7º da Lei 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, várias formas de violência doméstica e familiar contra a mulher são tipificadas, abrangendo distintos aspectos que afetam a integridade física, emocional, sexual, patrimonial e moral das vítimas.

Primeiramente, a violência física é entendida como qualquer ato que comprometa a integridade ou a saúde corporal da mulher. Esse tipo de violência envolve agressões físicas que causam danos ao corpo e à saúde física da vítima. A violência psicológica, por sua vez, abrange qualquer conduta que provoque dano emocional, diminuição da autoestima, perturbação de seu desenvolvimento pleno ou que vise controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões. Essa violência pode se manifestar por meio de ameaças, constrangimentos, humilhações, manipulações, isolamento, vigilância constante, perseguições, insultos, chantagens, violação da intimidade, ridicularização, exploração e restrição do direito de ir e vir, entre outros comportamentos que prejudiquem a saúde psicológica e a autodeterminação da mulher (BRASIL, 2006).

Quanto à violência sexual, refere-se a qualquer ato que force a mulher a presenciar, participar ou manter relações sexuais contra sua vontade, mediante coação, ameaça, intimidação ou uso de força. Esse tipo de violência também ocorre quando a mulher é induzida a comercializar ou explorar sua sexualidade ou quando lhe são negados métodos contraceptivos. Além disso, atos que a forcem ao casamento, gravidez, aborto ou prostituição, por meio de coação, chantagem ou manipulação, são considerados formas de violência sexual, assim como aqueles que limitam ou anulam seus direitos sexuais e reprodutivos (BRASIL, 2006).

A violência patrimonial compreende qualquer ato que resulte na retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus bens, documentos, instrumentos de trabalho, objetos, valores, direitos ou recursos econômicos. Inclui, ainda, a apropriação de recursos financeiros que deveriam atender às suas necessidades. A violência moral abrange qualquer conduta que se configure como calúnia, difamação ou injúria, atentando contra a honra e a dignidade da mulher (BRASIL, 2006).

Para trabalhar os tipos de violência explorados anteriormente, os acadêmicos propuseram aos alunos uma atividade prática, na qual foi solicitado aos participantes que escrevessem na figura de uma “pessoa” o que entendiam por atos violentos. Essa etapa visou estimular a reflexão individual sobre o tema e possibilitar uma expressão inicial de ideias.

Em seguida, os participantes foram divididos em grupos, cada um representando um tipo de violência: física, psicológica, patrimonial, sexual e moral. A formação dos grupos ocorreu de acordo com a afinidade de cada participante com

o tema ou conforme o número de exemplos de violência relacionados ao tipo específico que desejavam discutir. Cada grupo teve cinco minutos para debater o que caracteriza a violência atribuída a eles, discutindo os elementos que definem essa violência, suas características principais e as consequências que ela pode trazer para as vítimas. Ao final desse tempo, todos os grupos formaram uma roda. Cada grupo, por sua vez, compartilhou as considerações levantadas durante a discussão, ilustrando suas falas com exemplos que melhor representavam o tipo de violência analisado.

O grupo de acadêmicos também explorou com os participantes a rede de proteção e acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Foram discutidos o Disque 180, principal canal para denúncias; a Delegacia da Mulher em Cascavel, que busca proporcionar atendimento mais humanizado, de mulher para mulher; e a Patrulha Maria da Penha, também presente na cidade. Ressaltou-se ainda a existência do Abrigo Vanusa Covatti, localizado em Cascavel - PR, que oferece abrigo temporário para mulheres que precisam de apoio até conseguirem reinserção no mercado de trabalho ou em casos de risco acentuado.

Essa atividade permitiu a troca e o aprofundamento do entendimento sobre as diversas formas de violência e seus impactos na vida das vítimas. Foi perceptível que os alunos ampliaram os seus conhecimentos sobre os tipos de violência.

Para o presente relato de extensão utilizou-se como método o relato de experiência, assim sendo, foram feitos os registros de todas as etapas realizadas do projeto. Segundo Marconi e Lakatos o relatório “Configura-se como um texto em que se discorre detalhadamente sobre o desenvolvimento de um trabalho ou de uma pesquisa científica em determinado período” (2022, p.136).

3 RESULTADOS

A implementação do projeto de extensão “Combatendo a Violência Contra a Mulher” partiu da constatação de que a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui um problema de saúde pública, presente em grande parte das ocorrências policiais e amplamente divulgado pela mídia principalmente quando culminam em feminicídio. Além disso, foi através de um diagnóstico da realidade cascavelense que se observou que muitas vítimas desconhecem os direitos e garantias assegurados pela Lei Maria da Penha, o que revelou a necessidade de orientação jurídica e conscientização sobre o assunto.

Ainda foi possível evidenciar que em situações que envolvem violência doméstica a falta de conhecimentos sobre os direitos e garantias previstos pela Lei Maria da Penha gera incertezas nas vítimas quanto ao processo de representação contra o agressor. Com isso, observou-se um público vulnerável, o que influencia diretamente a perpetuação do ciclo de violência, que muitas vezes também envolve adolescentes e jovens, de forma direta ou indireta, pois quando não são vítimas ocupam o lugar de testemunhas.

Pensando no impacto psicológico significativo que estas violências causam na vida dos adolescentes e jovens que vivenciam práticas de violência e na potencialidade destes jovens para combater tais práticas de violência contra a mulher, o projeto de extensão se propôs a implementar ações educativas para este público em especial, com o intuito de promover a conscientização sobre os efeitos da violência contra a mulher e capacitá-los para se tornarem agentes de transformação, se tornarem multiplicadores.

A partir deste diagnóstico, no corrente ano, o projeto contou com a participação de acadêmicos dos cursos de direito, psicologia e enfermagem. Os graduandos formaram três subgrupos. Esses subgrupos ministraram palestras em colégios estaduais e em outras instituições das quais receberam convites.

Nos anos anteriores do projeto, entre 2017 até 2023, o projeto já atingiu mais de 5.000 pessoas diretamente com palestras, eventos e divulgações, já recebendo prêmios pela OAB e concedendo diversas entrevistas e ações nas redes de comunicação da cidade e região.

No ano de 2024 as diversas ações impactaram diretamente mais de 300 alunos e indiretamente mais de 10.000 pessoas através da divulgação no evento do UNIVEL Play que contou com mais de 7.000 estudantes e entrevistas em rádios e televisões locais.

A primeira ação com os grêmios estudantis diretamente organizada pelo projeto foi em três encontros e ocorreu no colégio Estadual São Cristóvão, sendo que uma outra ação também organizada em três encontros ocorreu no Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU).

No Colégio Estadual São Cristóvão os alunos cursavam o ensino médio e eram representantes do grêmio estudantil, já no CEU os participantes eram adolescentes de idades variadas. Cada encontro teve uma duração de duas horas em média. Os encontros foram ministrados de forma sequencial.

Nesses locais o subgrupo 1 ministrou palestras que abordaram “A reflexão sobre a construção social do feminino e do masculino e os contextos de violência de gênero” e “Conceituações históricas e legais sobre a Lei Maria da Penha”. O subgrupo 2 ministrou palestras que contemplaram “As formas de violência contra a mulher” e abordaram “A rede de proteção e acolhimento de mulheres vítimas de violência”. Já o subgrupo 3 ficou responsável por trabalhar sobre “O protagonismo juvenil e o enfrentamento às violências”, também abordaram a temática “Exercitando a prática e construindo projetos”.

Nos encontros realizados no Colégio Estadual São Cristóvão e no CEU, para abordar acerca da construção social do feminino e do masculino e os contextos de violência de gênero, foi trabalhado com os participantes a diferença entre sexo e gênero. Enquanto o sexo está atrelado a característica biológicas, o gênero está relacionado a características sociais, ou seja, é um conceito que diz respeito aos papéis sociais e comportamentos que culturalmente foram associados ao sexo biológico das pessoas. O gênero se constrói culturalmente e influencia na forma de ser homem ou de ser mulher em cada sociedade (Mello; Bordinhão, 2023).

Sobre os contextos em que ocorrem violências de gênero, foi explicitado que esse tipo de violência pode ocorrer nos mais variados contextos como nas relações íntimas, no ambiente familiar, no trabalho, no ambiente escolar e acadêmico, em espaços públicos, na internet e redes sociais.

Ao contemplar as conceituações históricas e legais sobre a Lei Maria da Penha, partiu-se da aplicação de uma metodologia ativa, assim, os participantes se reuniram em pequenos grupos, nos quais tiveram que discutir o que eles conheciam sobre a Lei Maria da Penha. Após essas discussões, eles fizeram desenhos, escreveram frases para representar o que eles já conheciam sobre esse marco legal. Após eles compartilharam seus conhecimentos com a totalidade do grupo. Este momento foi de suma importância, pois permitiu perceber que a maioria dos adolescentes e jovens já tinham alguns conhecimentos prévios sobre a Lei Maria da

Penha. Para dar sequência à prática de intervenção, os acadêmicos retomaram a palestra trazendo aprofundamentos sobre a história da Lei Maria da Penha.

Para tornar a palestra mais dinâmica os acadêmicos também exploram manchetes de jornais locais que expuseram situações de violência doméstica e familiar. Ao final, os participantes ainda testaram os conhecimentos adquiridos durante o encontro por meio da resolução de algumas questões.

No terceiro encontro, os acadêmicos abordaram o protagonismo juvenil e o enfrentamento às violências, com o objetivo de incentivar e encorajar os jovens. Para isso, foram apresentados exemplos de jovens que se destacaram mundialmente por sua coragem e determinação. Esse conteúdo foi integrado aos temas dos encontros anteriores, desafiando os alunos a desenvolverem ações de conscientização dentro de sua escola, compartilhando o conhecimento adquirido sobre violência contra a mulher. Foram formados dois grupos: o primeiro elaborou panfletos sobre os tipos de violência e os canais de apoio, enquanto o segundo decorou o espelho da escola com frases motivacionais.

Além das palestras ministradas no Colégio Estadual São Cristóvão e no CEU, à convite foram realizadas palestras na Secretaria Especial de Cidadania, da Proteção à Mulher e Políticas Sobre Drogas (SESD); na Cooperativa Agroindustrial Lar; no Colégio Agrícola de Cascavel (CEEP); e ainda no Colégio Estadual Mário Quintana. Nesses locais as palestras foram ministradas em um único encontro.

As palestras ministradas em encontros individuais contemplaram as formas de identificar as violências praticadas contra a mulher; os tipos de violências descritas pela Lei Maria da Penha; as consequências desse tipo de violência; o perfil da vítima; o perfil do agressor; as medidas protetivas; a rede de proteção e acolhimento e ainda trouxeram uma reflexão sobre o porquê muitas vítimas não denunciam.

Os participantes ainda foram orientados sobre o ciclo de violência. No ciclo da violência doméstica, a primeira fase é uma escalada da tensão. O agressor fica irritado por coisas insignificantes e acaba por humilhar, ameaçar e cometer abusos emocionais contra a vítima, fazendo com que a vítima sinta medo de contrariá-lo. A segunda fase do ciclo é a explosão da violência, a tensão acumulada transforma-se em agressões físicas, verbais, psicológicas, sexuais ou patrimoniais. Por fim, chega-se à lua de mel, nesta fase o agressor mostra-se arrependido, carinhoso, faz promessas de mudança, enquanto a vítima, pressionada pela sociedade e por suas próprias expectativas, muitas vezes acaba decidindo continuar no relacionamento (PARANÁ, 2024). Em muitos casos o ciclo da violência culmina em feminicídio.

O projeto de extensão “Combatendo a Violência Contra a Mulher” alcançou resultados significativos em termos de conscientização e capacitação de adolescentes e jovens envolvidos nas atividades. Ao longo dos encontros, foi possível notar uma ampliação do conhecimento dos participantes sobre os diferentes tipos de violência de gênero, o que se refletiu no aumento do interesse e no engajamento durante as atividades propostas.

Além disso, os participantes demonstraram uma evolução no entendimento dos conceitos de gênero e violência de gênero, além de uma maior conscientização sobre seus direitos e a importância da Lei Maria da Penha para a proteção das mulheres. Embora eles já tivessem uma noção sobre os temas trabalhados, as palestras contribuíram para o aprofundamento e consolidação desses conhecimentos.

Outro impacto positivo foi o fortalecimento do protagonismo juvenil. A partir do trabalho realizado, muitos adolescentes e jovens se mostraram motivados a levar o conhecimento adquirido adiante, tornando-se multiplicadores.

Quanto às palestras ministradas nos outros locais, muitos manifestaram que, após a palestra, passaram a perceber com mais clareza as características da violência doméstica e familiar, compreendendo o ciclo de violência e as medidas de proteção disponíveis.

Em resumo, os resultados do projeto demonstram que as atividades educativas aumentaram o nível de conhecimento dos participantes e despertaram neles uma nova percepção sobre seu papel na luta contra a violência de gênero. A ampliação do conhecimento sobre a rede de proteção e as alternativas de acolhimento foi outro ponto importante, pois os participantes passaram a entender a importância de buscar ajuda e denunciar situações de violência.

Diante do exposto, os resultados apontam para a relevância do projeto e evidenciam a necessidade de que ele continue difundindo conhecimento e combatendo a violência contra a mulher.

Figura 1: Primeiro encontro com o grêmio estudantil – 09/08



Fonte: Univel, 2024.

Figura 2: Segundo encontro com o grêmio estudantil – 16/08



Fonte: Univel, 2024

Figura 3: Terceiro encontro com o grêmio estudantil – 28/08



Fonte: Univel, 2024.

Figura 4: Encerramento com o grêmio estudantil – 13/09



Fonte: Univel, 2024.

Tabela 1: Encontros com o Grêmio Estudantil

Figura 1	Apresentação do projeto e abordagem do tema: História da Lei Maria da Penha e Reflexão sobre a construção social do gênero.	Foi abordado aproximadamente 15 alunos
Figura 2	Abordagem do tema: diversas formas de violência contra a mulher, os dados nacionais sobre o tema e a rede de acolhimento para mulheres vítimas de violência.	Foi abordado aproximadamente 15 alunos
Figura 3	Abordagem do tema: protagonismo juvenil e o enfrentamento às violências	Foi abordado aproximadamente 15 alunos
Figura 4	Entrega dos certificados para os alunos do grêmio estudantil e palestra institucional para as outras salas.	Foi abordado aproximadamente 30 alunos

Fonte: Univel, 2024

Figura 5: Palestra Institucional – 22/08



Fonte: Univel, 2024.

Figura 6: Palestra Institucional Cooperativa LAR – 26/08 (manhã)



Fonte: Univel, 2024.

Figura 7: Palestra Institucional Cooperativa LAR – 26/08 (tarde)



Fonte: Univel, 2024.



Figura 8: Palestra Institucional CEEP agrícola – 23/10

Fonte: Univel, 2024.

Figura 9: Palestra Institucional Escola Estadual Mario Quintana – 30/10



Fonte: Univel, 2024.

Tabela 2: Palestra Institucional

Figura 5	Palestra Institucional	Foi abordado aproximadamente 40 pessoas

Figura 6	Palestra Institucional	Foi abordado aproximadamente 40 pessoas
Figura 7	Palestra Institucional	Foi abordado aproximadamente 40 pessoas
Figura 8	Palestra Institucional	Foi abordado aproximadamente 20 alunos
Figura 9	Palestra Institucional	Foi abordado aproximadamente 40 alunos

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto de extensão teve como finalidade conscientizar a comunidade de Cascavel - PR sobre a violência contra a mulher, abordando os elevados índices de agressão, as diversas formas de violência, os perfis de agressores e vítimas, e os prejuízos decorrentes do ciclo da violência. Buscou-se informar a população sobre as proteções legais disponíveis, com ênfase na Lei Maria da Penha, bem como sobre os recursos locais, como delegacia especializada, casa de apoio e a importância da denúncia anônima para prevenir reincidências.

Além disso, o projeto visou integrar estudantes da UNIVEL em atividades de engajamento social, aproximando a formação acadêmica da realidade local. Tal experiência possibilitou a ampliação do conhecimento social dos alunos por meio de uma abordagem interdisciplinar e promoveu discussões sobre interseccionalidades, considerando como raça, gênero, classe social e outros fatores impactam as experiências de violência. O protagonismo juvenil foi incentivado, formando jovens aptos a atuar de forma ativa e consciente em suas comunidades.

Conclui-se que, ao ampliar o conhecimento da população sobre as diferentes formas de violência, os canais de atendimento e as redes de apoio, espera-se aumento nas denúncias e, consequentemente, maior efetividade no combate à violência contra a mulher.

REFERÊNCIAS

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA . Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024 . São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: https ://forumseguranca .org .br /wp -content /uploads /2024 /07 /anuario -2024 .pdf . Acesso em: 01 de nov. 2024.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Quem é Maria da Penha?. Disponível em: https ://www .institutomariadapenha .org .br /quem -e -maria -da -penha .html. Acesso em: 2 nov. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINELLI, Aline. Violência contra a mulher: uma abordagem histórica. **Teoria Jurídica Contemporânea**, v. 5, n. 2, p. 11-43, 18 nov. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.21875/tjc.v5i2.26566. Acesso em: 2 nov. 2024.

MELLO, Cleyson de Moraes; BORDINHÃO, Patrícia. **(Des)Igualdade de Gênero:** igualdade, violência de gênero, direitos humanos. Rio de Janeiro: Processo, 2023.

OPAS - Organização Pan Americana de Saúde. Violência contra as mulheres. Disponível: https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women. Acesso: 01 de nov. 2024.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde. Diretoria de Atenção e Vigilância em Saúde. **Violência contra as mulheres informe-se:** saiba o que fazer e como prevenir. Curitiba: SESA, 2024.